

Randon Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações financeiras de
31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	14
Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios	15
Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Randon Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ 91.108.027/0001-58

NIRE 43205277921

Relatório da Administração

Prezados,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Randon Consórcios") relativas ao semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Randon Consórcios foi fundada em 06 de agosto de 1987 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de março de 1988. Prestadora de serviços financeiros, por meio da administração de consórcios, integra o braço de serviços da Randoncorp, um dos maiores grupos privados do Brasil. Hoje, a Randon Consórcios, que opera em sete segmentos de mercado, é uma das líderes de consórcios de pesados e está entre as maiores administradoras de consórcios de imóveis.

A Randon Consórcios atua com a marca Racon nos segmentos de imóveis e veículos, a marca Yeah para a comercialização digital, e sob a marca de parceiros de negócios, situação na qual se enquadram o Consórcio Nacional Randon, de implementos rodoviários, o Consórcio Nacional John Deere, de máquinas e equipamentos agrícolas, o Consórcio Volare, de micro-ônibus e o Consórcio Nacional DAF, de caminhões pesados. Por meio das franquias Racon e da rede de vendas dos parceiros fabricantes, a Randon Consórcios está presente em todo o território nacional, aliando a economia, o planejamento e as demais vantagens do consórcio à aquisição de bens e serviços.

A marca Racon continua em expansão e contribui significativamente para os resultados da Randon Consórcios, apresentando crescimento em relação a 2024. A rede de parceiros demonstra estabilidade mesmo diante do cenário de incertezas. Neste contexto, a Randon Consórcios seguiu empenhada em manter a sua trajetória com foco na manutenção dos seus resultados sustentáveis, transparência e excelência no atendimento.

A Rands, vertical de Soluções Financeiras e Serviços da Randoncorp, e o Patria Investimentos, por meio dos fundos de High Growth KMP Growth Capital Fund II e Patria High Growth KMP Coinvestimento I, concluíram em 19/12/2025 o acordo para investimento nas unidades de negócio de consórcios e seguros. Com o contrato firmado e aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi constituída uma empresa controladora dessas duas operações, a Rands Holding, da qual os fundos do Patria detêm 18,5% de participação no capital e a Randoncorp o saldo remanescente. O objetivo do investimento foi de fortalecer as frentes de negócios, favorecendo o ganho de escala com sustentabilidade e acelerar a expansão da vertical, com novas oportunidades para a marca consolidar sua posição no setor financeiro.

A taxa de administração agregada acumulada refere-se ao valor a receber futuro, a título de taxa de administração das cotas ativas na data-base. Em 2025 a Administradora teve um incremento em relação ao comparativo com o exercício de 2024, conforme demonstrado abaixo:

Em milhares de reais

	2025	2024
	Exercício	Exercício
Taxa agregada acumulada	2.783.657	2.126.849

A Randon Consórcios, em 31 de dezembro de 2025, detinha uma carteira de cotas ativas composta de 112.160 cotas, distribuídas em 175 grupos ativos, com incremento de 10% sobre total de cotas ativas em 31 de dezembro de 2024.

Em relação as cotas vendidas tivemos uma redução de 6% comparado com o mesmo período de 2024, porém demonstramos crescimento de 25% em créditos comercializados.

(Valores nominais)

	2025	2024
	Exercício	Exercício
Quantidade de cotas ativas	112.160	101.813
Quantidade de cotas vendidas	24.974	26.569

A Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

O Contrato Social da Randon Consórcios prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, a menos que de outra forma seja acordado pelas partes. O saldo remanescente será transferido para Reserva Geral de Lucro, podendo, a critério das sócias, ser distribuído como lucros adicionais ou capitalizado.

Em 2025 foi acordado a distribuição de 77% do resultado referente ao exercício de 2024 sob forma de dividendos e juros sobre capital próprio, sendo pago 30% no primeiro semestre e 47% no segundo semestre. Adicionalmente, ao término do primeiro semestre de 2025, realizamos a distribuição de 10% do lucro líquido do período na forma de juros sobre capital próprio.

Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas

Não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas no exercício de 2025.

Principais Indicadores

- Receita Líquida – o resultado do exercício de 2025 foi de R\$ 439,8 milhões, 20% maior em relação ao mesmo período de 2024;
- Despesas Comissão – o resultado do exercício de 2025 foi de R\$ 117,2 milhões, 50% maior observando o mesmo período de 2024;
- EBITDA – o resultado do exercício de 2025 foi de R\$ 191,2 milhões, acréscimo de 6% comparado com o mesmo período de 2024;
- Lucro Líquido – o resultado do exercício foi de 2025 foi de R\$ 131,4 milhões, 7% maior comparado com o mesmo período de 2024.

Negócios sociais

A Randon Consórcios contribui com dotações para o Instituto Elisabetha Randon (IER), uma Organização de Sociedade Civil com Interesse Público que tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado. Adicionalmente, a Rands, onde a Randon Consórcios está inserida conquistou novamente a certificação GPTW - Great Place to Work®, sendo essa conquista atribuída à cultura organizacional centrada em pessoas valorizadas e respeitadas, e ao compromisso com um ambiente de trabalho colaborativo, diverso e inovador.

Contratação de auditoria independente:

A Randon Consórcios que é umas das empresas integrantes a Randoncorp, que possui processo de contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. As informações de honorários relativos à auditoria independente são disponibilizadas anualmente, de forma consolidada, no formulário de referência da Randoncorp.

Estamos à disposição dos Senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente.

Luis Felipe Oliveira Szmidtke
Diretor de Negócios

Augusto Giongo Letti
Diretor

Rodrigo de Gasperi Portella
Diretor



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Randon Administradora de Consórcios Ltda.

Caxias do Sul/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Randon Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2025 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Randon Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.3.3 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações

financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352/23 do Banco Central do Brasil (Bacen). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 11 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0



Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025
Ativo		
Circulante		148.438
Disponibilidades	6	1.754
Ativos financeiros		52.232
Ao valor justo por meio do resultado		47.376
Títulos e valores mobiliários	8	47.376
Ao custo amortizado		4.856
Rendas a receber	9	4.176
Outros créditos diversos	10	680
Outros valores e bens		94.452
Despesas antecipadas	11	94.452
Não circulante		533.276
Realizável a longo prazo		524.526
Ativos fiscais diferidos	26.b	21.528
Outros ativos		503.028
Cotas de consorciados	12	30.991
Despesas antecipadas	11	441.971
Outros créditos diversos	10	30.066
Permanente		8.720
Imobilizado de uso	13	8.428
Depreciação acumulada	13	(4.403)
Intangível	13	18.962
Amortização acumulada	13	(14.267)
Total do ativo		681.714

	Nota	31/12/2025
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		209.809
Passivos financeiros		26.159
Ao custo amortizado		26.159
Fornecedores		2.159
Empréstimos e financiamentos	14	25.000
Salários e encargos		6.544
Participação dos empregados e administradores		6.948
Dividendos a pagar	19	26.086
Obrigações fiscais e previdenciárias		8.784
Obrigações fiscais correntes		251
Passivo de contratos com clientes	15	86.337
Outras obrigações diversas	16	47.700
Não circulante		268.217
Passivos financeiros		18.750
Ao valor justo por meio do resultado		18.750
Empréstimos e financiamentos	14	18.750
Provisões para contingências	17	3.278
Passivos fiscais diferidos	26.b	121.471
Recursos não procurados	18	329
Passivo de contratos com clientes	15	118.673
Outras obrigações diversas	16	5.716
Patrimônio líquido		203.688
Capital social	19	30.000
Reserva de lucros		173.391
Ajustes de avaliação patrimonial		297
Total do passivo e do patrimônio líquido		681.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por quota)

	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Receitas da intermediação financeira		3.638	6.562
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.638	6.562
Outras receitas/despesas operacionais		90.437	186.008
Receitas de prestação de serviços	21	261.129	495.013
Provisões para perdas com grupos de consórcios		(2.585)	(4.692)
Provisão para perdas esperadas de rendas a receber		(1.698)	(3.497)
Despesas de pessoal	29	(14.528)	(28.847)
Outras despesas administrativas	23	(127.681)	(228.820)
Despesas tributárias		(29.253)	(55.774)
Outras receitas operacionais	24	7.761	16.680
Outras despesas operacionais	24	(2.708)	(4.055)
Resultado operacional		94.075	192.570
Resultado antes dos tributos		94.075	192.570
Tributos sobre o lucro	26.a	(28.094)	(61.128)
Imposto de renda corrente		(9.104)	(15.054)
Contribuição social corrente		(3.545)	(5.797)
Impostos diferidos		(15.445)	(40.277)
Lucro líquido do semestre/exercício		65.981	131.442
Quantidade de quotas do capital (em milhares)	19	30.000	30.000
Lucro líquido por quota R\$		2,199	4,381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Lucro líquido no semestre/exercício	65.981	131.442
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para resultado	31	31
Ganho (perda) avaliação atuarial	(10)	(10)
	21	21
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	66.002	131.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2025	30.000	133.043	318	64.279	227.640
Ajuste inicial na adoção da Resolução nº. 4.966/2021	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	65.981	65.981
Ajuste de Avaliação patrimonial	-	-	(21)	-	(21)
Destinações do Lucro:					
Distribuição de dividendos	-	(83.138)	-	-	(83.138)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	(6.774)	(6.774)
Reserva de lucros	-	123.486	-	(123.486)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	30.000	173.391	297	-	203.688
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30.000	139.094	318	-	169.412
Ajuste inicial na adoção da Resolução nº. 4.966/2021	-	-	-	(1.182)	(1.182)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	30.000	139.094	318	(1.182)	168.230
Lucro líquido do exercício	-	-	-	131.442	131.442
Ajuste de Avaliação patrimonial	-	-	(21)	-	(21)
Destinação do lucro:					
Distribuição de dividendos	-	(89.189)	-	-	(89.189)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	(6.774)	(6.774)
Reserva de lucros	-	123.486	-	(123.486)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	30.000	173.391	297	-	203.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do semestre/exercício		65.981	131.442
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciação e amortização	13	1.538	3.092
Amortização de arrendamentos		184	350
Provisões (reversões) comissões	16	(997)	1.995
Provisões (reversões) para pagamento de incentivo de vendas	1	14.875	1.350
Provisões (reversões) Contingências		16	16
Provisões (reversões) para perdas com grupos de consórcios		2.585	4.692
Provisão de participação nos resultados	22	3.172	5.766
Outras provisões (reversões operacionais) operacionais		4.062	1.708
Provisão para perdas esperadas de rendas a receber		1.698	3.497
Variação Monetária	24	(858)	(1.709)
Custos para ativos baixados	13	(88)	(88)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	26.a	28.094	61.128
Lucro líquido ajustado		120.262	213.239
Variações nos ativos e passivos			
Aumento títulos e valores mobiliários		(5.760)	(6.517)
Aumento outros créditos		(35.442)	(61.686)
Aumento outros valores e bens		(85.547)	(141.747)
Aumento outros passivos		42.618	77.688
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.518)	(19.726)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		22.613	61.251
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Variação em investimentos		(30)	(5)
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	13	(1.797)	(2.385)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.827)	(2.390)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Empréstimos tomados	14	43.750	43.750
Juros pagos com empréstimos	14	(1.126)	(1.126)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	19	(62.810)	(100.238)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(20.186)	(57.614)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		600	1.247
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		1.154	507
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	6	1.754	1.754
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		600	1.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025
Ativo		
Circulante		4.369.752
Caixa e equivalente a caixa		3.820
Aplicações financeiras	7	1.324.307
Outros créditos		3.041.625
Bens retomados ou devolvidos		14.925
Direitos junto a consorciados contemplados		3.026.700
Compensação		41.860.878
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		180.457
Contribuições devidas ao grupo		21.133.861
Valor dos bens ou serviços a contemplar		20.546.560
Total do ativo e compensação		46.230.630
Passivo		
Circulante		4.369.753
Outras obrigações		4.369.753
Obrigações com consorciados		2.650.475
Valores a repassar		20.654
Obrigações por contemplações a entregar		1.125.092
Obrigações com a administradora		5.450
Recursos a devolver a consorciados		328.603
Recursos dos grupos		239.479
Compensação		41.860.878
Recursos mensais a receber de consorciados		180.456
Obrigações do grupo por contribuições		21.133.861
Bens ou serviços a contemplar		20.546.560
Total do passivo e compensação		46.230.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	31/12/2025
Disponibilidades no início do semestre/exercício	1.335.964	1.214.663
Depósitos bancários	554	4.368
Aplicações financeiras do grupo	196.363	163.452
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	1.139.047	1.046.843
(+) Recursos coletados	1.904.603	3.658.117
Contribuições para aquisição de bens	1.514.430	2.925.394
Taxa de administração	265.433	504.328
Contribuições ao fundo de reserva	16.694	31.715
Rendimentos de aplicações financeiras	75.150	139.544
Multas e juros moratórios	3.265	6.347
Prêmios de seguros	7.012	12.587
Custas judiciais	79	156
Outros	22.540	38.046
(-) Recursos utilizados	(1.912.440)	(3.544.653)
Aquisição de bens	(1.578.326)	(2.917.637)
Taxa de administração	(267.410)	(508.146)
Multas e juros moratórios	(1.583)	(3.118)
Prêmios de seguros	(6.765)	(12.321)
Custas judiciais	(440)	(964)
Devolução a consorciados desligados	(31.366)	(57.412)
Outros	(26.550)	(45.055)
Disponibilidades no final do semestre/exercício	1.328.127	1.328.127
Depósitos bancários	3.820	3.820
Aplicações financeiras do grupo	199.216	199.216
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	1.125.091	1.125.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), sediada em Avenida Rubem Bento Alves, nº 1469, Bairro Interlagos em Caxias do Sul – RS, tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Em 19 de dezembro de 2025, foi concluída a parceria estratégica entre Randoncorp S.A. e Kamaroopin Gestora de Recursos Ltda. (KMP), com esse movimento a controladora da Randon Administradora de Consórcios Ltda. foi parte de uma reorganização societária, na qual passou a ser controlada pela Rands Holding S.A.

A KMP efetuou aporte de capital na Rands Holding no montante de R\$ 206 milhões na data de fechamento da operação e mais R\$ 78,6 milhões após um ano do fechamento, obtendo 18,5% de participação no capital social. A transação visa impulsionar a expansão escalável e sustentável das soluções em consórcios e seguros, alavancando sinergias estratégicas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e com base na Resolução BCB 02 de 12 de agosto de 2020, bem como, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), aplicáveis a administradoras de consórcio. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) aplicado às Administradoras de Consórcios e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados e vigentes pelo BACEN são:

Pronunciamento	Descrição Pronunciamento	Resolução BCB/CMN
CPC 00 (R2)	Pronunciamento conceitual básico - Estrutura Conceitual	BCB 120/21;
CPC 01 (R1)	Redução do valor recuperável de ativos	BCB 120/21;
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	CMN 4.524/16;
CPC 03 (R2)	Demonstração dos fluxos de caixa	BCB 02/20;
CPC 04 (R1)	Ativo intangível	BCB 07/20;
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre partes relacionadas	BCB 02/20;
CPC 06 (R2)	Arrendamentos	BCB 178/22;
CPC 10 (R1)	Pagamento baseado em ações	BCB 08/20;
CPC 23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro	BCB 120/21;
CPC 24	Eventos subsequentes	BCB 02/20;
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	BCB 09/20;
CPC 27	Ativo imobilizado	BCB 06/20;
CPC 33 (R1)	Benefícios a empregados	BCB 59/20;
CPC 41	Resultado por ação	BCB 02/20;
CPC 46	Mensuração do valor justo	BCB 120/21; e
CPC 47	Receita de contrato com cliente	BCB 120/21.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para o período findo em 31 de dezembro de 2025.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria em 10 de março de 2026.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Administradora.

2.2 Principais políticas contábeis

A Administradora aplica de modo consistente as políticas contábeis e as mesmas são apresentadas em cada nota explicativa.

2.2.1 Políticas contábeis – Grupos de Consórcios

a) Direitos junto a consorciados contemplados

Representam as contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva de consorciados contemplados, atualizados com base no valor do bem vigente.

b) Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada, atualizados com base no valor do bem vigente.

c) Obrigações por contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

d) Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, devidamente atualizados.

e) Recursos dos grupos

Representam os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formado pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas à contemplação, multa, juros e outros valores retidos.

f) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimento de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, deduzida da taxa de administração e dos prêmios de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

g) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos calculados com base no valor do bem vigente em 31 de dezembro de 2025.

h) Valor dos bens ou serviços a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço.

i) Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupo

(a) Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de administração, fundo de reserva e dos prêmios de seguro.

(b) Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos, inclusive a taxa de administração.

2.3 Adoção de Novas Normas e Interpretações

Nas demonstrações financeiras preparadas na data-base de 31 de dezembro de 2025, as normas e interpretações a seguir, foram adotadas pela Administradora, a partir de 01 de janeiro de 2025, incluem a Resolução BCB nº 178 de 19/01/2022 e a Resolução BCB nº 352, de 23/11/2023, e quaisquer normas complementares.

2.3.1 Resolução BCB nº 178/22

A Resolução BCB nº 178 de 19 de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A resolução aprova a aplicabilidade do CPC 06 – Arrendamentos, que define critérios para o reconhecimento, mensuração e apresentação das operações de arrendamento mercantil.

A partir de 01 de janeiro de 2025, a Administradora passou a aplicar o reconhecimento dos contratos de aluguel existentes que se enquadram como arrendatário. Com isso, a Administradora optou por adotar a faculdade prevista no § 5º do artigo 2 da norma, aplicando o normativo aos contratos firmados antes da sua vigência, com o objetivo de alinhar-se aos padrões internacionais.

2.3.2 Resolução BCB nº 352/23 e complementares

Em 2023, o Banco Central do Brasil (BCB) publicou a Resolução BCB nº 352/23, a qual introduz novas diretrizes contábeis para

instrumentos financeiros. A nova resolução substitui as resoluções e circulares do Banco Central do Brasil que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e títulos e valores mobiliários (Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03) e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que as administradoras de consórcios devem avaliar seus instrumentos financeiros, classificá-los e mensurá-los conforme aos modelos de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a Resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a Administradora venha a verificar em exercícios subsequentes.

Essas Resoluções visam fornecer orientações mais detalhadas e abrangentes para as administradoras de consórcios relação à contabilização e divulgação de informações sobre instrumentos financeiros e reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais.

2.3.3 Impactos da Adoção Inicial das Novas Normas

A Administradora adotou a disposição transitória prevista no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23 e Resolução BCB nº 178/22 foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido está demonstrando os efeitos da transição da norma em 01 de janeiro de 2025, e está apresentado na nota 18.

A Resolução BCB nº 352/23 descreve os critérios de classificação dos ativos financeiros, dessa forma, o quadro abaixo apresenta a classificação dos principais instrumentos financeiros:

Classificação Ativos Financeiros

Títulos e valores mobiliários	Valor justo no resultado
Rendas a receber	Custo amortizado
Outros créditos	Custo amortizado

Não houve reclassificações ou remensurações dos ativos financeiros na adoção do normativo.

2.3.4 Reforma Tributária Sobre Consumo

Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, decorrente da conversão do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, regulamentando parte da Emenda Constitucional nº 132/2023 e instituindo o novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil. A referida norma criou o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), tributos que substituirão gradualmente o ICMS, ISS, PIS e Cofins.

A transição para o novo sistema tributário ocorrerá no período de 2026 a 2033. A fase operacional tem início em 2026, com a obrigatoriedade de destaque informativo das alíquotas-teste de 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS nos documentos fiscais eletrônicos, sem que haja recolhimento efetivo nesse período. Durante essa etapa, a Administradora realizará ajustes em sistemas, cadastros e processos internos para adequação aos novos layouts e critérios de classificação tributária definidos pelos órgãos competentes.

A implementação definitiva do novo modelo depende da publicação de normas complementares, incluindo diretrizes do Comitê Gestor do IBS, regulamentações setoriais e atos normativos da Receita Federal do Brasil. Tais normas definirão aspectos essenciais, como alíquotas finais dos tributos, regras de creditamento, mecanismos de governança e procedimentos de apuração, controle e fiscalização.

Diante da ausência de regulamentação integral, ainda não é possível determinar de forma definitiva os impactos da Reforma Tributária sobre a apuração dos tributos mencionados, especialmente a partir do início do período de transição. De todo modo, a Administradora permanece acompanhando de perto o tema e atuará de forma diligente para assegurar plena conformidade, priorizando a continuidade operacional e a segurança tributária.

3. Estimativas e principais políticas contábeis

Na preparação destas informações financeiras, a administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Administradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no semestre findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Premissas e Estimativas

Nota explicativa 9	Rendas a receber
Nota explicativa 10	Outros créditos diversos
Nota explicativa 15	Outras obrigações diversas
Nota explicativa 16	Provisão para contingências
Nota explicativa 28	Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

4. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em:

	<u>31/12/2025</u>
Grupos administrados	175
Consoiciados ativos	112.160
Consoiciados desistentes/excluídos no exercício	7.845
Consoiciados desistentes/excluídos total	42.914
Bens pendentes de entrega	14.125
Bens entregues no exercício	8.380
Bens entregues total	33.135
Taxa de inadimplência	4,18%

5. Instrumentos financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os instrumentos financeiros da Administradora são avaliados conforme normas contábeis vigentes. As normas estabelecem três categorias de mensuração: Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Essa classificação depende do modelo de negócio da empresa (como manter os ativos até o vencimento ou vendê-los) e do teste SPPI, que verifica se os pagamentos futuros são apenas de principal e juros.

a) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

A Resolução BCB nº 352/23 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros:

Modelo de Negócios: Representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros;

SPPI Test ou Teste SPPI (“somente pagamento de principal e juros”): avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros.

Com base nesses critérios, a Administradora realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros. Como resultado os instrumentos, podem ser mensurados como:

i) Custo Amortizado: Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. iii)

Valor Justo por meio do Resultado (VJR): Utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos nas categorias acima.

Não houve reclassificações ou remensurações dos ativos financeiros na adoção do normativo.

Para os passivos financeiros, e de acordo com a Resolução BCB nº 352/23 devem ser, em regra, classificados na categoria de custo amortizado, com algumas exceções que não se aplicam a Administradora.

Considerando esses critérios do normativo e a atual operação da Administradora, não foram identificados passivos financeiros que se enquadrem nas disposições previstas na Resolução.

b) Hierarquia do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Administradora não reclassificou seus instrumentos financeiros no exercício.

c) Baixa de Instrumentos Financeiros

Conforme requerido pela Resolução BCB nº 352/23, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou;
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

Dados os estudos feitos pela Administradora, utilizando premissas baseadas na LGD, o *write-off*, onde o período de reconhecimento de não recuperação do valor é de 28 meses, conforme grupo homogêneo, a partir da sua marcação como ativo problemático.

Desta forma, quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando os dados históricos junto a administradora, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada.

d) Definição de Ativo Problemático

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

6. Caixa e equivalentes de caixa - Administradora

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa compreendem os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva contratação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de caixa e equivalentes de caixa estão representados por:

	31/12/2025
Caixa e bancos	1.754
Total	1.754

7. Aplicações financeiras – Grupos de consórcios

Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do Banco Central do Brasil. O rendimento dessas aplicações é incorporado ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração.

As aplicações financeiras são compostas por:

- operações compromissadas lastreadas com títulos públicos pós-fixados (NTN), emitidos pelo Tesouro Nacional. foram avaliadas pelo custo de aquisição acrescido da receita auferida até a data do balanço, que não difere do valor de mercado.
- cotas e fundos de investimentos foram avaliados conforme, com base no valor das cotas divulgadas pelo administrador do fundo na data do balanço

O modelo de negócios e o teste de SPPJ (Somente Pagamento Principal e Juros) da Administradora direcionou para coleta dos fluxos de caixa em período de curto prazo, sendo assim essas aplicações foram mensuradas pelo valor justo e classificado com valor justo ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 os grupos de consórcios possuem aplicações interfinanceiras de liquidez, podendo ser resgatados em qualquer tempo, e estando registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, apresentados como segue:

	Hierarquia	Indexador	Remuneração	31/12/2025		
				Sem Vencimento	A vencer até 3 meses	Total
Grupos de consórcios						
Operações compromissadas	Nível 2	CDI	95,5%	-	368.099	368.099
Cota de fundos de investimento	Nível 2	DI	1,19%	956.208	-	956.208
Total				956.208	368.099	1.324.307

8. Títulos e valores mobiliários - Administradora

O modelo de negócios e o teste de SPPJ (Somente Pagamento Principal e Juros) da Administradora direcionou para coleta dos fluxos de caixa em período de curto prazo, sendo assim os títulos e valores mobiliários também foram mensuradas pelo valor justo e classificado com valor justo ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administradora possui somente aplicações em títulos classificados como para negociação, os quais são registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos da remuneração média de 100,13% do CDI, condizente com o praticado pelo mercado, incorridos até a data do balanço e que não diferem de valores de mercado, apresentados como segue:

Títulos para negociação	Hierarquia	31/12/2025			Custo
		Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil/valor justo	
Certificado de depósito bancário (CDB Pós-fixado) (a)	Nível 2	45.858	1.192	47.050	46.399
Letra Financeira do Tesouro (LFT) (b)	Nível 2	326	-	326	326
Total		46.184	1.192	47.376	46.725

(a) Os certificados de depósitos bancários com vencimento superior a 12 meses possuem conversibilidade imediata e foram mantidos no circulante;

(b) Os títulos públicos federais (LFT) são mensurados a valor justo com base em preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, os quais são obtidos a partir de dados observáveis de mercado. Não há cotação direta em mercado ativo para instrumentos idênticos, tampouco utilização de premissas internas relevantes. Dessa forma, tais ativos são classificados como Nível 2 da hierarquia do valor justo, conforme CPC 46.

A administradora aplica o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, os quais são classificados na hierarquia do valor justo de acordo com observabilidade dos dados utilizados na mensuração.

Esses instrumentos estão classificados como valor justo no resultado, conforme Resolução BCB 352/23.

9. Rendas a receber - Administradora

Refere-se a taxa de administração dos grupos de consórcios e reconhecida como receita na competência por ocasião da satisfação da obrigação de performance conforme CPC 47, aguardando recebimento dos clientes ou repasse dos grupos de consórcios para administradora.

	31/12/2025
Rendas a receber	12.088
(-)Provisão para perdas esperadas de rendas a receber	(7.912)
Total	4.176

Movimentação da provisão para perdas esperadas de rendas a receber:

	31/12/2025
Saldo inicial	(5.539)
Adoção Inicial Resolução BCB nº 352/23	1.124
Constituição de provisão	(3.890)
Reversão de provisão	393
Saldo final	(7.912)

A Administradora realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para as cotas de Consórcio. Por pertencer ao segmento prudencial S4, adotou a metodologia simplificada para fins de cálculo da provisão. Conforme previsto no art. 78 da Resolução BCB nº 352/23 utiliza o maior valor de provisão entre os valores calculados pelos "Mínimos Bacen" (Anexos I e II da Res. Nº BCB 352/23) e o valor do modelo desafiante, calculado através de metodologia

própria.

Esse instrumento está classificado como custo amortizado, conforme Resolução BCB 352/23.

10. Outros créditos diversos - Administradora

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar. A conta outros créditos - diversos possui a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>
Empréstimos a grupos encerrados	7.850
(-) Provisão para perdas esperadas com empréstimos a grupos	(4.739)
Devedores diversos	679
Adiantamento e antecipações salariais	243
Impostos a compensar (b)	26.589
Depósitos judiciais (Nota 16)	94
Total	<u>30.716</u>
Circulante	<u>680</u>
Não Circulante	<u>30.036</u>

(a) Referem-se a provisão para perdas esperadas com empréstimos, realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora, por meio de análise de situação financeira dos grupos tomadores onde a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora tem como base a resolução BCB 352/23 e política interna, onde, ao final de 5 anos é realizada a provisão de 100% do empréstimo. Os percentuais de provisão aplicados consideram o prazo como item fundamental para considerar a provisão de perda. A quantidade de perdas esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

(b) Referem-se a Programa para integração social (PIS), Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) incidente sobre as receitas oriundas de contratos com clientes que serão transferidas para o resultado ao longo do tempo conforme a obrigação de desempenho é realizada.

Movimentação da provisão para perdas esperadas com empréstimos a grupos encerrados:

	<u>31/12/2025</u>
Saldo inicial	(21.164)
Constituição de provisão	(4.195)
Reversão de provisão	1.049
Baixa para perda	19.571
Saldo final	<u>(4.739)</u>

Esse instrumento está classificado como custo amortizado, conforme Resolução BCB 352/23.

11. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se basicamente as comissões pagas ou devidas com antecedência que atendem aos critérios de custos incrementais previstos no CPC 47, sendo amortizados ao resultado conforme o cumprimento da obrigação de desempenho da prestação de serviços. Abaixo sua composição:

	<u>31/12/2025</u>
Custos incrementais para obtenção de contratos	536.085
Outras despesas antecipadas	338
Total	<u>536.423</u>
Circulante	<u>94.452</u>
Não Circulante	<u>441.971</u>

12. Cotas de consórcio – Administradora

Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	31/12/2025
Bens imóveis	19.484
Bens móveis	11.507
Total	30.991

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do Grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

13. Imobilizado de uso, intangível e arrendamentos - Administradora

O imobilizado e o ativo intangível são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas mencionadas abaixo, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 06/20 (imobilizado) e Resolução BCB nº 07/20 (intangível).

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Vida útil média	% ano
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos	10
Móveis e utensílios	10 anos	10
Computadores e periféricos	5 anos	20
Veículos	5 anos	20
Sistemas de processamento de dados	4 anos	25
Software em desenvolvimento	4 anos	25

O imobilizado de uso da Administradora possui a seguinte composição:

Imobilizado	Arrendamento de prédios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	546	2.214	2.772	52	5.584
Adoção Inicial CPC 06 (R2)	3.106	-	-	-	-	3.106
Aquisições	296	-	82	220	-	598
Baixas	-	-	(230)	(630)	-	(860)
Transferências	-	-	(77)	77	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.402	546	1.989	2.439	52	8.428
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(252)	(880)	(1.620)	(52)	(2.804)
Adoção Inicial CPC 06 (R2)	(1.371)	-	-	-	-	(1.371)
Depreciação	(350)	(55)	(203)	(392)	-	(1.000)
Baixas	-	-	165	607	-	772
Transferências	-	-	32	(32)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.721)	(307)	(887)	(1.436)	(52)	(4.403)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	-	294	1.334	1.152	-	2.780
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	1.681	239	1.102	1.003	-	4.025

A Resolução BCB nº 178/22, descreve critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento. A Administradora optou por adotar a norma de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2025. Atualmente, possui apenas um contrato de atende aos critérios de reconhecimento do CPC 06 e está vigente desde junho de 2020 com prazo de 10 anos.

Abaixo estão apresentadas as movimentações dos intangíveis:

	Intangível	Intangível em andamento	Software e licenças	Total
Custo Intangível				
Saldos em 31 de dezembro de 2024		-	17.175	17.175
Aquisições	1.787		-	1.787
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.787		17.175	18.962
Amortização				
Saldos em 31 de dezembro de 2024		-	(11.825)	(11.825)
Amortização		-	(2.442)	(2.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		-	(14.267)	(14.267)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024		-	5.350	5.350
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	1.787		2.908	4.695

O imobilizado e o ativo intangível, são revistos anualmente para identificar se há evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda, refletindo seus impactos no resultado. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não há indicativo de perdas não recuperáveis.

14. Obrigações por empréstimos e repasses

Os saldos de empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias, e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

Produto	Indexador	Juros a.a.	Vencimento	Circulante		Não circulante	Total
				Até 3 meses	3 até 12 meses	Acima de 12 meses	
Capital de Giro	CDI	105.63%	set/27	6.250	18.750	18.750	43.750

a) Informações complementares ao fluxo de caixa

Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Alterações de caixa:	
Recebimento	43.750
Juros pagos	(1.126)
Total	42.624
Alterações que não afetam caixa:	
Despesa de juros	1.126
Saldo em 31 de dezembro de 2025	43.750

15. Passivo de contrato com clientes

Passivo de contratos com clientes refere-se a receita de taxa de administração recebida dos participantes dos grupos de consórcios de forma antecipada, que será realizada no mês de competência quando satisfeita a obrigação de desempenho. Estes valores estão classificados em curto e longo prazo conforme quadro abaixo:

	31/12/2025
Circulante	(86.337)
Não circulante	(118.673)
Total	(205.010)

16. Outras obrigações diversas – Administradora

Os passivos da Administradora são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A conta outras obrigações diversas possui a seguinte composição:

	31/12/2025
Provisões para pagamento de comissões (a)	18.506
Provisão programa de incentivo de vendas (b)	18.056
Provisão para perdas esperadas com grupos ativos (c)	4.117
Outros débitos	12.737
Total	53.416
Circulante	47.700
Não Circulante	5.716

a) Movimentação da provisão para pagamento de comissões:

	31/12/2025
Saldo inicial	16.511
Provisão/reversão	1.995
Saldo final	18.506

b) Movimentação da provisão programa de incentivo de vendas:

	31/12/2025
Saldo inicial	16.706
Constituição de provisão	40.105
Reversão de provisão	(38.755)
Saldo final	18.056

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas com grupos ativos:

	31/12/2025
Saldo inicial	-
Constituição de provisão	4.117
Saldo final	4.117

Referem-se a provisão para perdas esperadas com empréstimos a serem realizados no momento do encerramento dos grupos de consórcios administrados pela Administradora, a metodologia considera a projeção dos saldos e fluxos de caixa futuros de cada grupo, se o grupo possuiria recursos suficientes para honrar suas obrigações ou se resultaria em uma situação deficitária. No caso de uma situação deficitária, o valor do déficit é trazido a valor presente utilizando uma taxa livre de risco, este valor é considerado como o empréstimo a realizar ao grupo de consórcio, e sobre este montante é mensurado a provisão para perdas esperadas conforme política. A mensuração de perdas esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

17. Provisão para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

a) Administradora

A Administradora reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administradora é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais,

decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para riscos cíveis e trabalhistas para a data base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável. A Administradora possui os seguintes montantes de ações judiciais classificadas como de perda provável e possível, com valores atualizados até 01 de dezembro de 2025:

Natureza	Provável	Possível	Depósito Judicial (NE 10)
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Trabalhista (a)	3.261	3.091	94
Tributário (b)	-	3.149	-
Cível (c)	16	-	-
Total	3.278	6.240	94

(a) Trata-se de processos pleiteados por ex-funcionários da Administradora, cuja expectativa é que o desembolso ocorra em até 1 ano.

(b) Processo oriundo de compensações de créditos não homologados pelo fisco.

(c) Trata-se de ação judicial de consignação em pagamento decorrente de relação comercial mantida entre a Administradora e a parte.

Movimentação da provisão para riscos trabalhistas e cíveis

	31/12/2025
Saldo inicial	3.261
Adições	16
Saldo final	3.278

b) Grupos de consórcios

Nas ações judiciais envolvendo consorciados referente a processos de polo passivo, referente a processos de cobrança, reembolso de valores, ações revisionais, indenizações, entre outras, a Administradora é parte como representante dos grupos de consórcios por ela administrados, e eventuais desembolsos financeiros adicionais decorrentes destes processos são cobertos pelos recursos destes grupos de consórcios.

Com base em informações dos assessores jurídicos, para a data base 31 de dezembro de 2025, não existem processos judiciais com probabilidade de perda provável envolvendo cotistas dos grupos de consórcios. Já a probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 33.440.

18. Recursos não procurados - Administradora

Referem-se aos recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente, com base em aplicações financeiras indexadas ao CDI. O valor de recursos não procurados em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 329.

As comunicações aos consorciados são realizadas conforme estabelecido na Lei nº 11.795/088 e na Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil. Também em consonância com a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, os recursos não procurados são divulgados no sítio eletrônico da administradora na internet, com acesso pela sua página inicial e com orientações sobre os procedimentos que devem ser adotados para que o beneficiário possa recebê-los.

19. Patrimônio líquido - Administradora

Capital social

O capital social é de R\$ 30.000, representado por 30.000.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, em 31 de dezembro de 2025.

Destinação do lucro

Após o término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta "Reserva geral de lucros", podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados.

Em 12 de abril de 2025, em reunião de quotistas, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares ao exercício de 2024, no montante de R\$ 6.051. Este valor e o valor destinado em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 23.949 foram

integralmente pagos em 30 de abril de 2025.

Em 21 de julho de 2025, em reunião de quotistas, foi aprovado o pagamento aos acionistas de R\$ 6.774 sob a forma de juros sobre o capital próprio, referente a destinação de resultados apurados em 2025. O montante foi pago integralmente em 29 de setembro de 2025.

Em 29 de setembro de 2025, foi aprovado pagamento de dividendos das reservas de lucros no montante de R\$ 57.052. Este montante foi pago integralmente em 30 de setembro de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, foi destinado R\$ 26.086 de dividendos a distribuir, assegurando a distribuição mínima de 25% previstos no contrato social.

Destinação do resultado do exercício de 2025:

Lucro líquido do exercício	131.442
Lucro base para distribuição	131.442
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	32.860
Dividendos distribuídos de forma adicional	56.329
Total de dividendos pagos no período	89.189
(-) Juros sobre capital próprio	(6.774)
Constituição de reservas	123.486

Impactos da adoção inicial dos normativos

Os efeitos dos ajustes de transição, decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23 e Resolução BCB nº 178/22 foram registrados no patrimônio líquido. Esses valores foram contabilizados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, conforme demonstrado abaixo:

Movimentação do Patrimônio Líquido

Saldo do Patrimônio Líquido em 31/12/2024	169.412
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.483)
Adoção CPC 06	(307)
Efeitos Tributários	608
Saldo em Patrimônio Líquido em 01/01/2025	168.230

20. Lucro líquido por quota

É obtido através da divisão do lucro líquido do semestre/exercício pela quantidade média ponderada de quotas do exercício da demonstração financeira.

21. Receitas de prestação de serviços - Administradora

Refere-se a taxa de administração cobrada dos participantes dos grupos de consórcios, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,30% sobre o valor da referida contribuição. O valor das receitas de prestação de serviços no semestre findo em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 495.013.

Atendendo a regulamentação do BACEN na Resolução nº 120, em 2022 a Administradora adotou prospectivamente o pronunciamento técnico CPC47 – Receita de contratos com clientes, onde a taxa de administração dos consorciados contemplados passou a ser reconhecida pela competência mensal, isto é, reconhecida quando satisfaz a obrigação de desempenho, sendo as antecipações registradas na rubrica Passivo de Contrato com Clientes, sendo transferida para o resultado ao longo do tempo conforme a obrigação e desempenho é realizada.

De acordo com pronunciamento técnico CPC47, o reconhecimento pode variar em função da avaliação da possibilidade de não recebimento da contraprestação, que deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar este valor quando devido. Desta forma a Administradora manteve o reconhecimento da taxa de administração dos consorciados não contemplados conforme o recebimento dos pagamentos.

22. Despesas com pessoal - Administradora

A conta despesa com pessoal possui a seguinte composição:

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Custo com pessoal e honorários	(11.123)	(21.644)
Benefícios concedidos	(2.068)	(4.151)
Custos de encargos sociais e proventos	(1.039)	(2.489)
Custos relacionados a aposentadoria	(298)	(563)
Total	(14.528)	(28.847)

23. Outras despesas administrativas - Administradora

No âmbito do pronunciamento técnico CPC47, a administradora deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção dos contratos com clientes, custos estes que não teriam incorrido se o contrato não tivesse sido obtido. Desta forma, com a adoção do CPC47 a Administradora passou a registrar os custos incrementais, que são basicamente as comissões sobre as vendas de consórcios e custos com promoção e vendas, na rubrica Despesas antecipadas, sendo amortizado ao resultado na rubrica de comissões sobre vendas e promoções de vendas, na proporção da realização da obrigação e desempenho do contrato. As demais despesas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência mensal.

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Comissões sobre vendas	(62.466)	(117.191)
Promoções de vendas	(18.715)	(27.548)
Serviços de terceiros	(18.353)	(34.860)
Propaganda e publicidade	(12.317)	(19.267)
Manutenção e conservação de bens	(4.377)	(8.726)
Participação nos resultados	(3.172)	(5.766)
Viagens	(1.984)	(3.680)
Depreciação e amortização	(1.722)	(3.442)
Custos bancários	(689)	(1.518)
Perdas com empréstimos a grupos	(421)	(698)
Despesas de aluguéis	(267)	(541)
Despesas com comunicação	(233)	(394)
Outras	(2.965)	(5.189)
Total	(127.681)	(228.820)

24. Outras receitas e despesas operacionais - Administradora

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Reversão de provisão para desvinculo de funcionários	1.594	4.950
Multas e juros recebidos	1.659	3.366
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	1.885	3.553
Variações monetárias	858	1.709
Reversão de provisões operacionais	-	358
Outras receitas operacionais	1.765	2.744
Total de outras receitas operacionais	7.761	16.680
Provisão para desvinculo de funcionários	(2.358)	(3.482)
Outras provisões operacionais	(157)	(274)
Custo com baixa de bens	(88)	(88)
Despesa com processos judiciais	(16)	(17)
Outras despesas eventuais	(89)	(194)
Total de outras despesas operacionais	(2.708)	(4.055)

25. Transações com partes relacionadas – Administradora

As transações com partes relacionadas restringem-se a prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis, contratos de mútuo, valor de conta aplicação todos devidamente suportados contratos entre as partes.

	Ativo		Passivo	Resultado	Resultado
	Aplicações financeiras	Outras contas a receber	Fornecedores	Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas 2º Semestre 2025	Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025		31/12/2025
Transações com partes relacionadas					
Randon S.A. Implementos e Participações	-	2	(3.772)	(15.071)	(17.657)
Conexo Serviços Digitais Ltda.	-	37	-	(268)	(278)
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	(18)	(33)
Venice Implementos Rodoviários Ltda.	-	-	-	(359)	(802)
RAR Corretora de Seguros DBServer Assessoria em Sistemas de Informação Ltda.	-	26	-	1.332	47
Randonprev	-	-	(128)	(400)	(400)
Caixa de Assistência Sistema de Saúde	-	-	-	193	(72)
Banco Randon	1.206	11	-	(1.165)	(1.540)
				1.084	8.823

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no semestre findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.277 e referente a benefícios de curto prazo (remuneração) e de R\$ 72 referente a benefícios de longo prazo (plano de previdência). No semestre corrente a Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho e não possui programa de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

26. Imposto de renda e contribuição social – Administradora

a) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do semestre

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R\$ 240 no ano, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

	2º Semestre	31/12/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	94.075	192.570
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente	(31.986)	(65.474)
Adições permanentes	(309)	(683)
Exclusões permanentes	4.368	4.808
Outros ajustes	(167)	221
Total	(28.094)	(61.128)
IRPJ e CSLL correntes	(12.649)	(20.851)
IRPJ e CSLL diferidos	(15.445)	(40.277)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(28.094)	(61.128)
Alíquota efetiva ajustada %	29,86%	31,74%

b) Movimentação dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no ativo não circulante na rubrica de “Ativos fiscais diferidos” e no passivo não circulante na rubrica de “Passivos fiscais diferidos” e estão refletidos no resultado do semestre. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

	01/01/2025	Resultado	Patrimônio Líquido	31/12/2025
Créditos tributários				
Adoção inicial				
Provisão para perdas esperadas de empréstimos a grupos	7.196	(5.585)	-	1.611
Provisão para comissões	5.614	678	-	6.292
Provisão para riscos trabalhistas	1.109	-	-	1.109
Provisão para participação nos resultados	2.423	(61)	-	2.362
Receita diferida CPC 47	(83.500)	(38.475)	504	(121.471)
Outros	6.872	3.166	116	10.154
	(60.286)	(40.277)	620	(99.943)
Ativo fiscal diferido	23.214			21.528
Passivo fiscal diferido	(83.500)			(121.471)

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Resolução BCB nº 15 do Banco Central do Brasil, a Administradora estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Ano de realização	31/12/2025
2026	960
2027	14.165
2028	17.077
2029	17.077
2030	16.705
2031	14.481
2032	9.483
2033	9.995
Créditos tributários líquidos	99.943

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram embasadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando o custo de capital Administradora, é de R\$ 53.403 em 31 de dezembro de 2025 com uma taxa média de 18,51% a.a. com base nas projeções definidas pela Administração.

27. Limite de alavancagem - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11 do Banco Central do Brasil, o limite de alavancagem das administradoras de consórcios é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 31 de dezembro de 2025 a Administradora apresenta um limite de alavancagem de 1,96.

28. Limite de imobilização - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11 do Banco Central do Brasil, o Ativo Permanente das administradoras de consórcios não pode ultrapassar 100% do PLA - Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 31 de dezembro de 2025 a Administradora apresenta um grau de imobilização de 3,80%.

29. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários –Administradora

A Administradora é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo Contribuição Definida e um Benefício Mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às empresas Randoncorp, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um Plano Misto.

O Plano de Previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das empresas Randoncorp. E, contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez total, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo garantido.

Os custos com o Plano de Pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das empresas Randoncorp, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo. Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado.

Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida

uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o Plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Administradora são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

As tabelas a seguir, apresentam um resumo dos componentes de despesa de benefício líquido reconhecido na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	<u>31/12/2025</u>
Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas)	
Custo do serviço corrente	(12)
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	(18)
Receita de juros sobre ativos do plano	20
Juros sobre o superávit irre recuperável	(1)
Custo do benefício definido no resultado	<u>11</u>
Rendimento real dos ativos do plano	<u>43</u>

Ativo de benefícios:

	<u>31/12/2025</u>
Obrigação com benefícios definidos	(186)
Valor justo dos ativos do plano	177
Ativo de benefícios	<u>(9)</u>

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são as seguintes:

	<u>31/12/2025</u>
Obrigação com benefício definido em 01 de janeiro de 2025	(174)
Custo dos juros	(18)
Custo do serviço corrente	(12)
Benefícios pagos	116
Ganhos/perdas atuariais sobre obrigações	(98)
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2025	<u>(186)</u>

As movimentações o valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	<u>31/12/2025</u>
Valor justo dos ativos do plano em 01 de janeiro de 2025	178
Retorno sobre o investimento	82
Contribuição do empregador	33
Benefícios pagos	(116)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2025	<u>177</u>

A Administradora espera contribuir com R\$ xx aos seus planos de previdência com benefício definido em 2025. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	<u>31/12/2025</u>
Adições	43
Títulos	134
Total	<u>177</u>

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo:

	31/12/2025
Taxa de desconto	11,56%
Taxa de crescimento salarial	6,61%
Taxa de crescimento de benefícios	3,50%
Expectativa de vida de participantes recebendo renda vitalícia	26

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício é a seguinte:

Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026	44
Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2027 a 31 de dezembro de 2035	284
Total	328

Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante

Participantes ativos	186
	186

Informações patrimoniais

Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2023	
Renda variável	18%
Renda fixa	52%
Outros	30%
	100%

Resultado do exercício

Custo de serviço corrente	16
Juros líquidos sobre passivo (ativo) líquido	(1)
	15

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2025:

Patrocinadora	Valor presente da Obrigação (VPO)	1% Aumento Efeito VPO	1 % redução Efeito VPO
Randon Administradora de Consórcios Ltda	186	6	7

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto. A combinação da taxa real de desconto com a taxa de inflação, resulta na taxa nominal de desconto igual a 12,56% a.a.

30. Gestão do capital

A área de riscos do Conglomerado Prudencial Randon, composto pelo Banco Randon e pela Randon Administradora de Consórcios, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e social, ambiental e climático em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional 4.557/17 e 4.945/2021. As tabelas do Relatório de Pilar 3 aplicáveis ao Conglomerado encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Conglomerado decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Conglomerado adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter os níveis de exposições em acordo com os desejados.

Risco de mercado e Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Também é mensurado o IRRBB sobre as exposições classificadas na carteira bancária do Conglomerado, através da apuração do valor atual e prospectivo dos instrumentos detidos que sejam sensíveis a alteração das taxas de juros praticadas no mercado, os impactos se observam através dos descasamentos gerados entre as operações ativas e passivas. A adequação se dá através dos limites, políticas e controles que estejam de acordo com as estratégias de negócio.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do

Conglomerado mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Conglomerado utiliza para risco operacional a abordagem padronizada (RWAOPAD).

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira do Conglomerado honrar suas obrigações. A área responsável diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez do Conglomerado, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Social, Ambiental e Climático

Entende-se por Risco Social, Ambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de tais riscos, conceituados na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17.

Com o objetivo de mitigar a exposição a esses riscos, o Conglomerado criou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945/21, e observa este conteúdo em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos do Conglomerado, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

A estrutura e o gerenciamento do capital são realizados pela instituição líder do Conglomerado Prudencial Randon, considerando os dados financeiros consolidados e os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

31. Resultados recorrentes e não recorrentes

A resolução BCB 2 de 27 de novembro de 2020, determina a divulgação de resultados de eventos de forma recorrentes e não recorrentes. Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer em exercícios futuros.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados resultados não recorrentes.

Diretoria

Augusto Giongo Letti
Diretor

Rodrigo de Gasperi Portella
Diretor

Luis Felipe Oliveira Szmidtko
Diretor de Negócios

Daiane Vitt Borsoi Rossi
Contadora
CRC-RS 103.559/O